

# Cenário de Judicialização no Brasil e na Europa

**Seminário sobre Riscos Fiscais Judiciais**  
**17 de setembro de 2025**

Guia



Apresentações



ADVOCACIA-GERAL  
DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

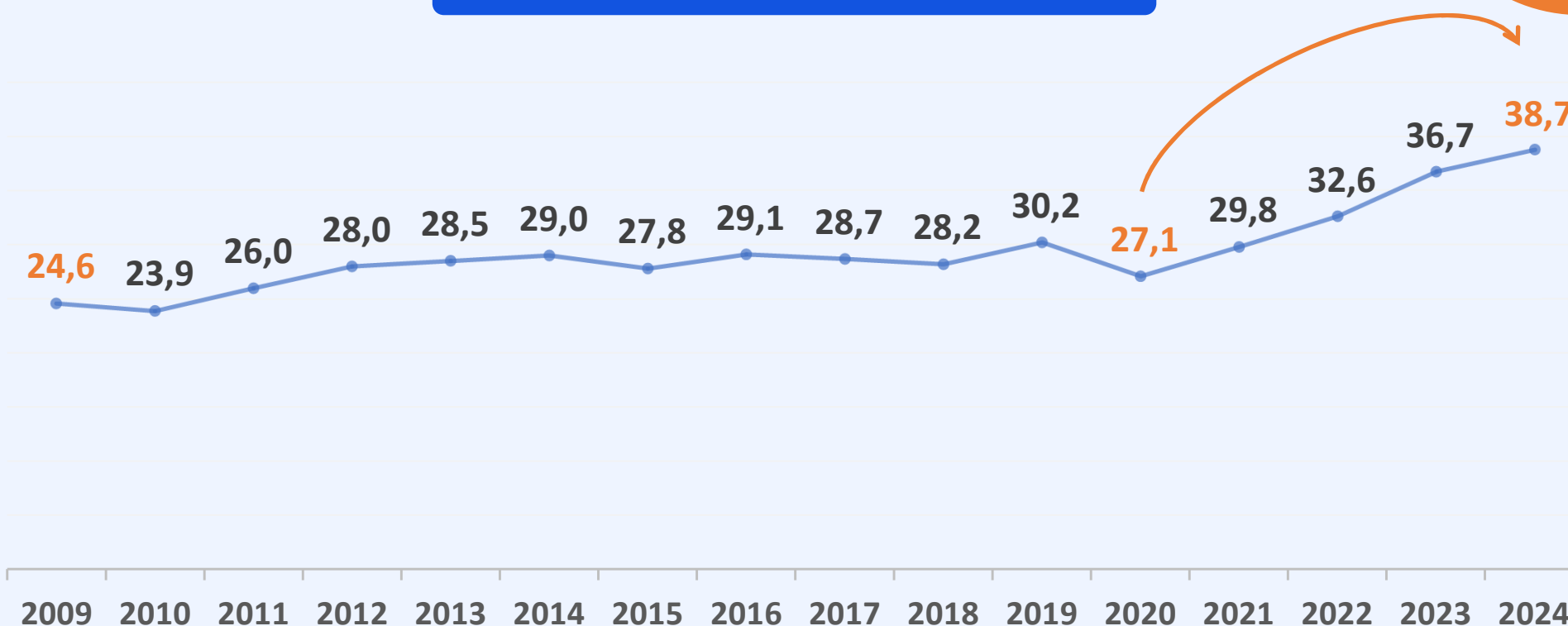
CONSELHO INTERMINISTERIAL DE ACOMPANHAMENTO E  
MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS



# Judicialização no Brasil

Total de casos novos (em milhões)

Aumento de  
**42,8%**  
em 4 anos

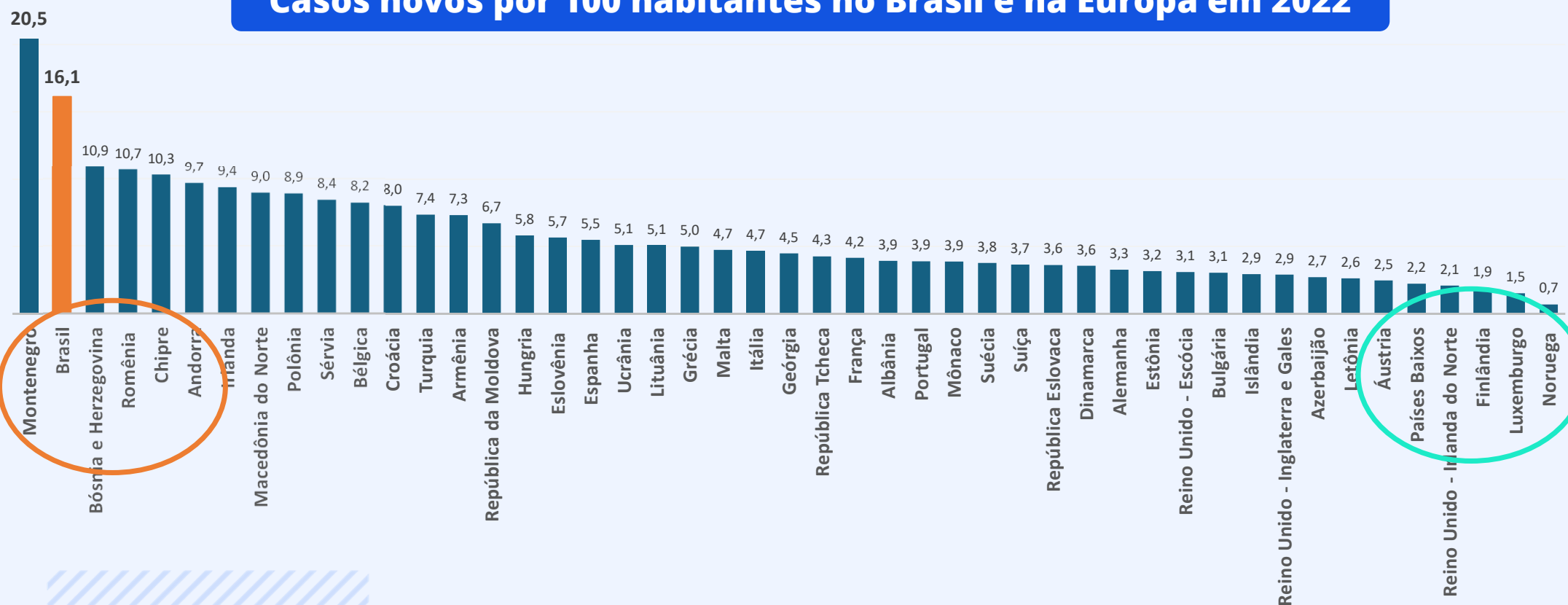


Fonte: Painel Justiça em Números – Conselho Nacional de Justiça



## Comparação Internacional

### Casos novos por 100 habitantes no Brasil e na Europa em 2022

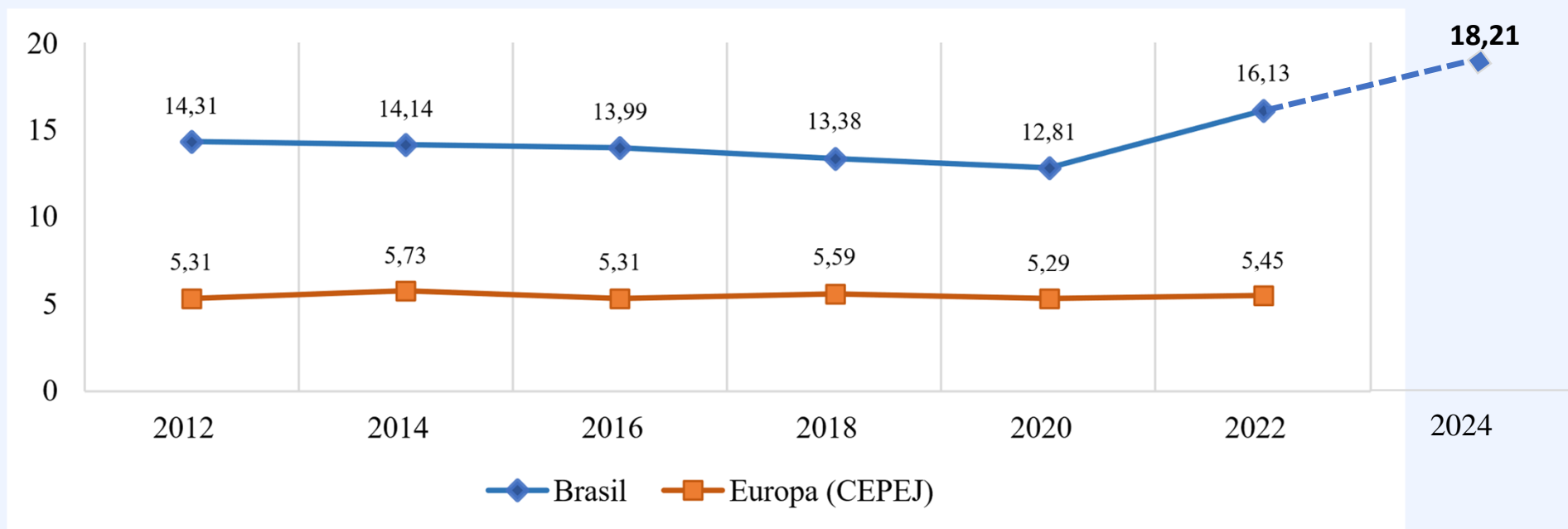


**Fonte:** Dissertação “Níveis de judicializações cível, administrativa e penal: um estudo comparativo”, de Rômulo Dumont Reinaldo, orientada por Caio Castelliano no MAP/EBAPE/FGV. Dados extraídos da Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário – DataJud e do banco de dados CEPEJ-STAT.



## Comparação Internacional

### Casos novos por 100 habitantes no Brasil e na Europa – 2012 a 2022

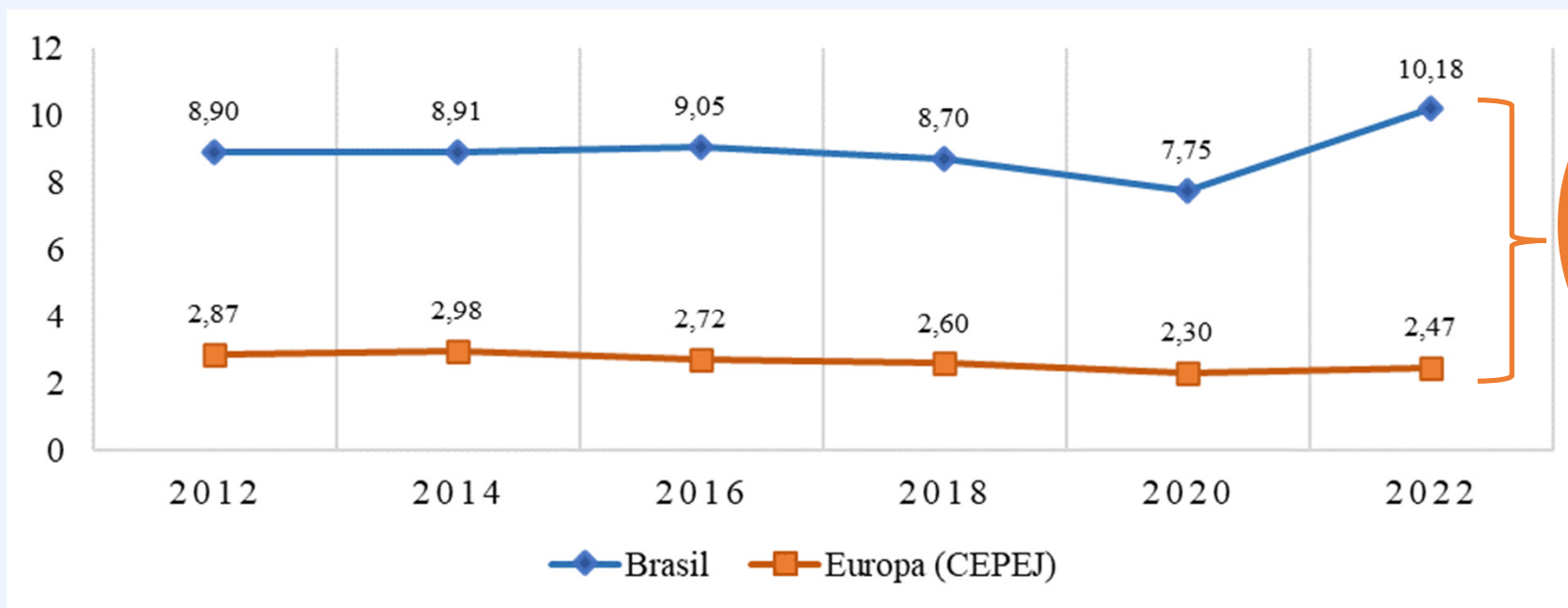


**Fonte:** Dissertação “Níveis de judicializações cível, administrativa e penal: um estudo comparativo”, de Rômulo Dumont Reinaldo, orientada por Caio Castelliano no MAP/EBAPE/FGV. Dados extraídos da Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário – DataJud e do banco de dados CEPEJ-STAT.



## Comparação Internacional

### Casos novos por 100 habitantes no Brasil e na Europa – Casos Cíveis



Judicialização  
cível no Brasil é

**4X**

maior que na  
Europa

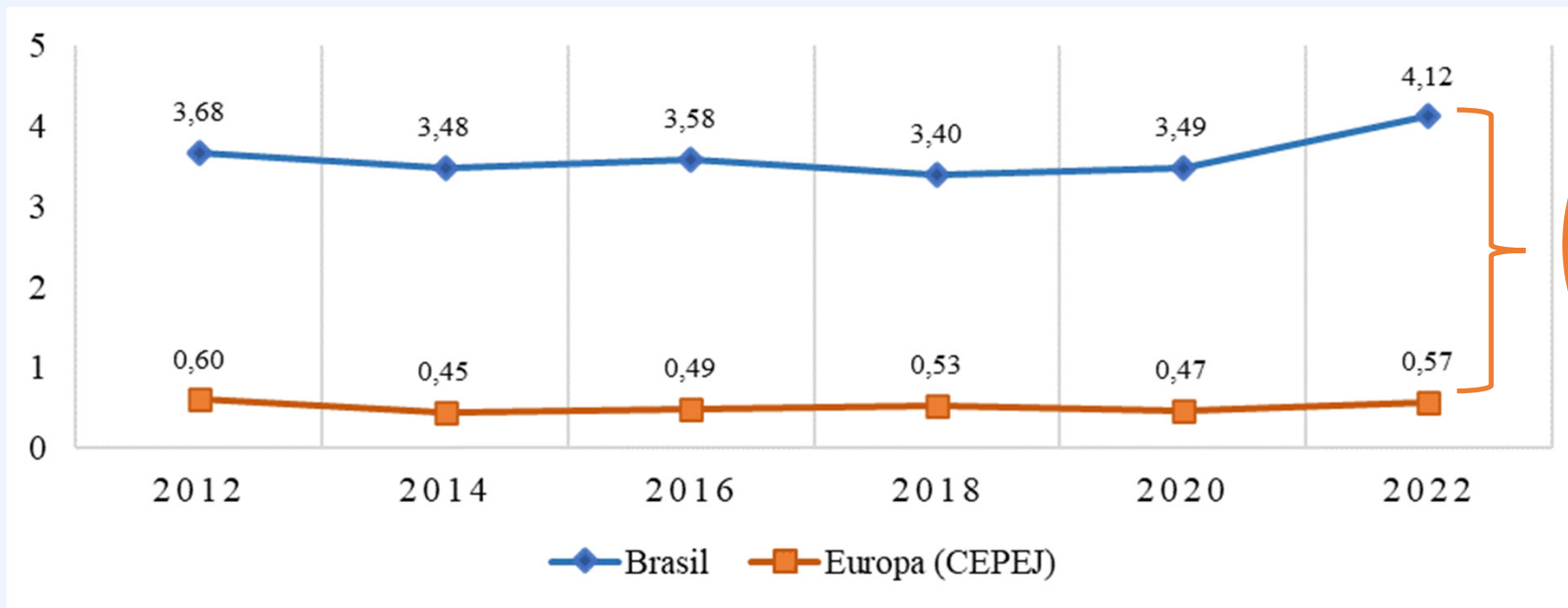
**Fonte:** Dissertação “Níveis de judicializações cível, administrativa e penal: um estudo comparativo”, de Rômulo Dumont Reinaldo, orientada por Caio Castelliano no MAP/EBAPE/FGV. Dados extraídos da Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário – DataJud e do banco de dados CEPEJ-STAT.



## Comparação Internacional

### Casos novos por 100 habitantes no Brasil e na Europa – Casos Administrativos

Causas envolvendo  
o Poder Público



Judicialização  
administrativa  
no Brasil é

**7X**

maior que na  
Europa

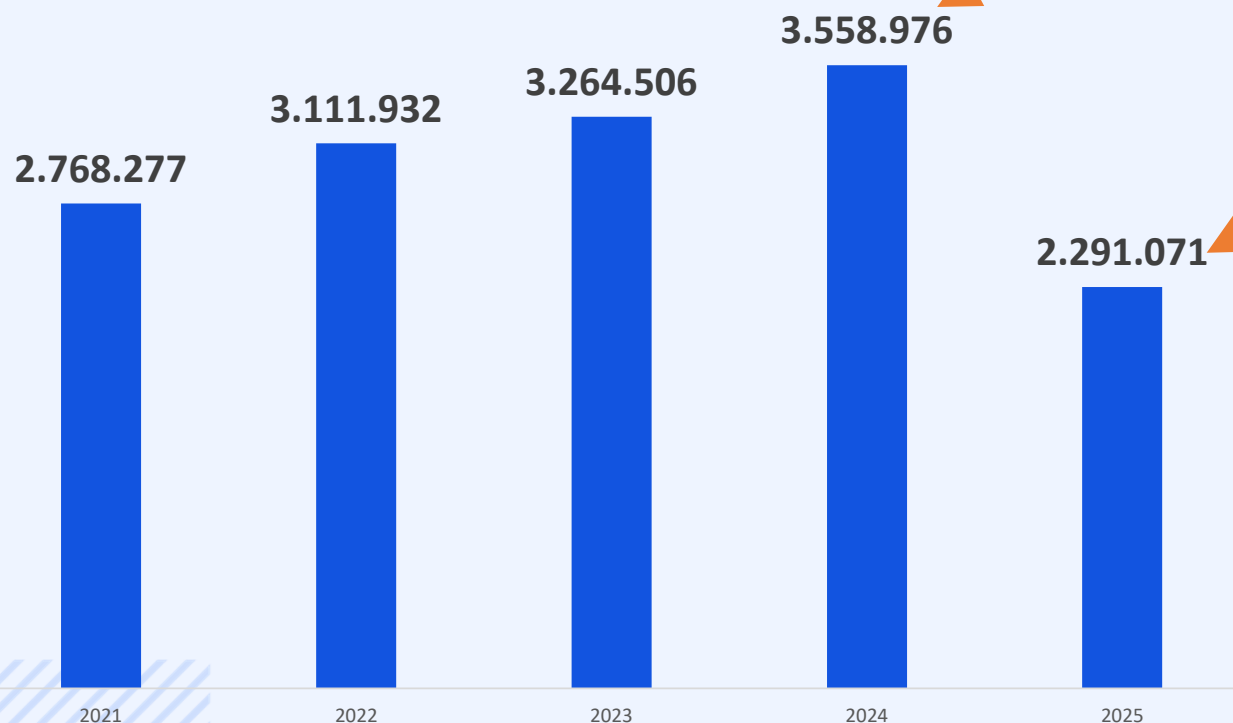
**Fonte:** Dissertação “Níveis de judicializações cível, administrativa e penal: um estudo comparativo”, de Rômulo Dumont Reinaldo, orientada por Caio Castelliano no MAP/EBAPE/FGV. Dados extraídos da Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário – DataJud e do banco de dados CEPEJ-STAT.



# Judicialização contra Governo Federal

(exceto tributário e Banco Central)

## Novos Processos Judiciais



**2024:**  
Ano com maior  
judicialização na história

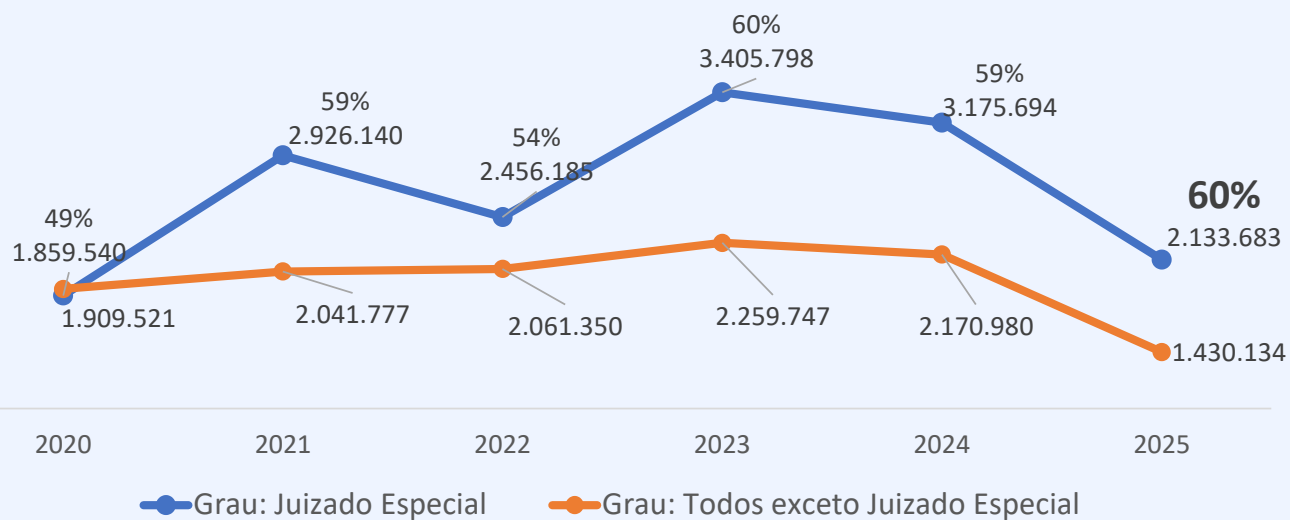
**1º SEM 2025:**  
1º semestre com maior  
judicialização da história



# Incentivos

## Novos Processos Judiciais

### Justiça Federal



SEM  
RISCO

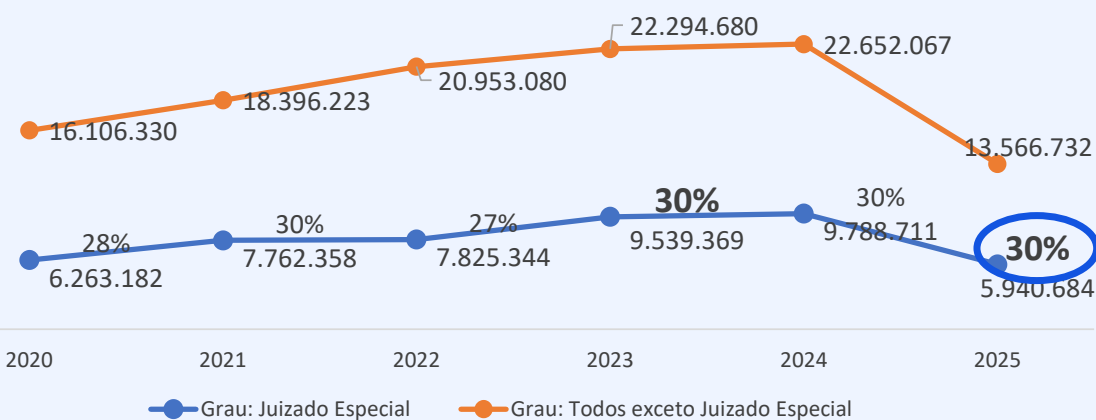




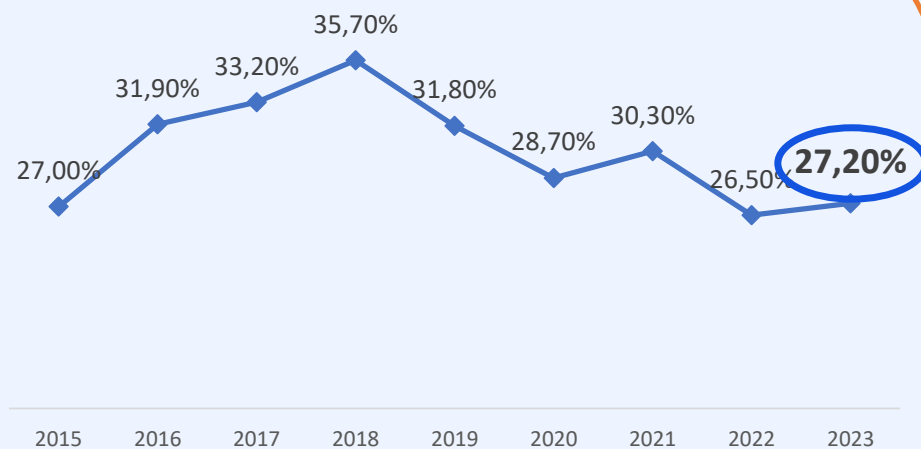
# Incentivos

Sem  
RISCO

## Novos Processos - Justiça Estadual + Federal



## Processos Baixados com AJG





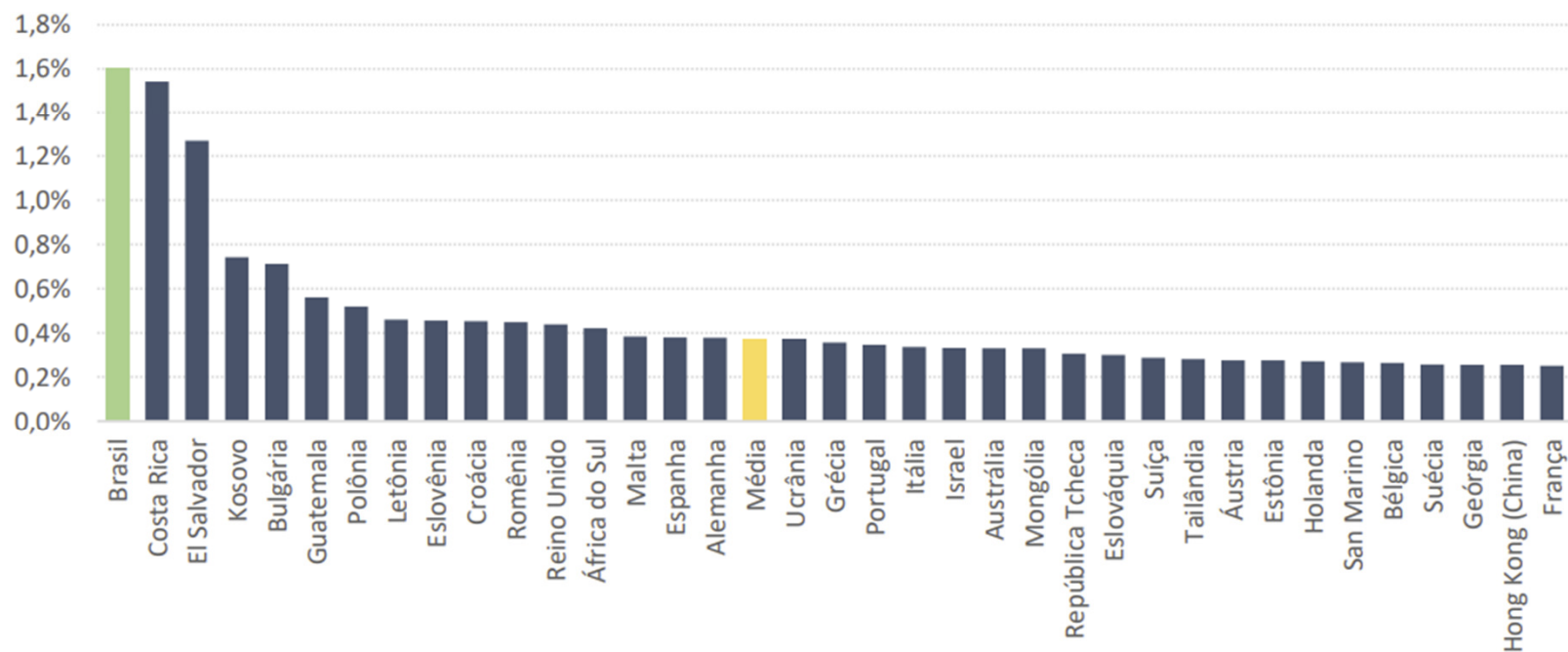
## Brasil é o país que mais gasta com Judiciário no mundo

**Saúde e Educação:**  
despesa do Brasil é inferior à média

Gráfico 27. Despesa com Tribunais de Justiça - Governo Geral - Brasil e países selecionados - Anual - 2021

Dados em: % do PIB

Fonte: FMI e OCDE. Elaboração: STN





## **Consequencias da Judicialização**

**Impacto  
nas Contas  
Públicas**

**Impacto  
na Atividade  
Econômica**

**Impacto  
no Desempenho  
do Judiciário**



# Obrigado!

**Caio Castelliano**  
*Secretário de Gestão Estratégica*  
[caio.castelliano@agu.gov.br](mailto:caio.castelliano@agu.gov.br)

Guia



Apresentações



ADVOCACIA-GERAL  
DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CONSELHO INTERMINISTERIAL DE ACOMPANHAMENTO E  
MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS

# Impacto da Judicialização no Cenário Macrofiscal

**Seminário sobre Riscos Fiscais Judiciais**  
**17 de setembro de 2025**

ADVOCACIA-GERAL  
DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CONSELHO INTERMINISTERIAL DE ACOMPANHAMENTO E  
MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS

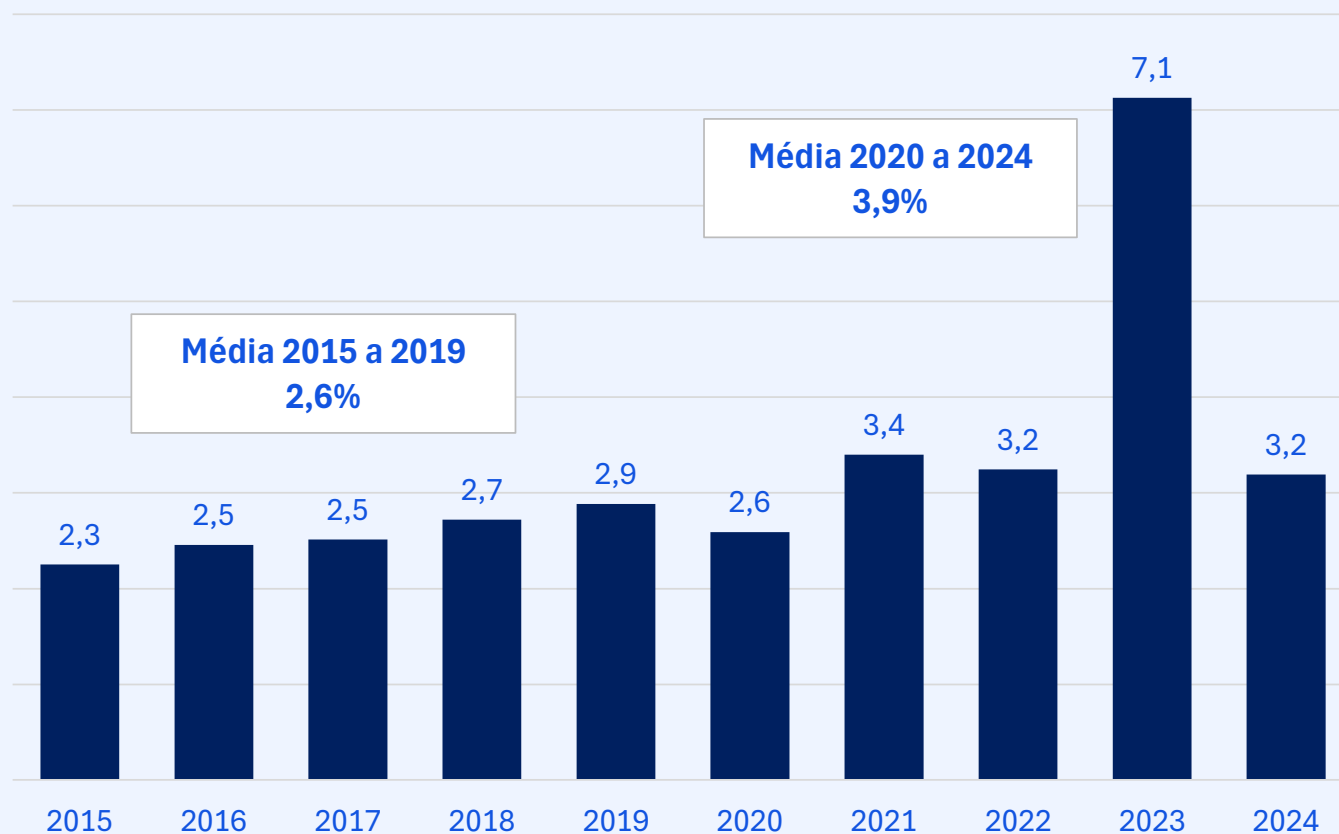


## Participação das Sentenças Judiciais no Orçamento Federal

Considera apenas as despesas orçamentárias com as obrigações de pagar quantia certa.

Aumento na participação no conjunto das despesas primárias da União.

% Sentenças / Total Despesas Primárias Governo Federal



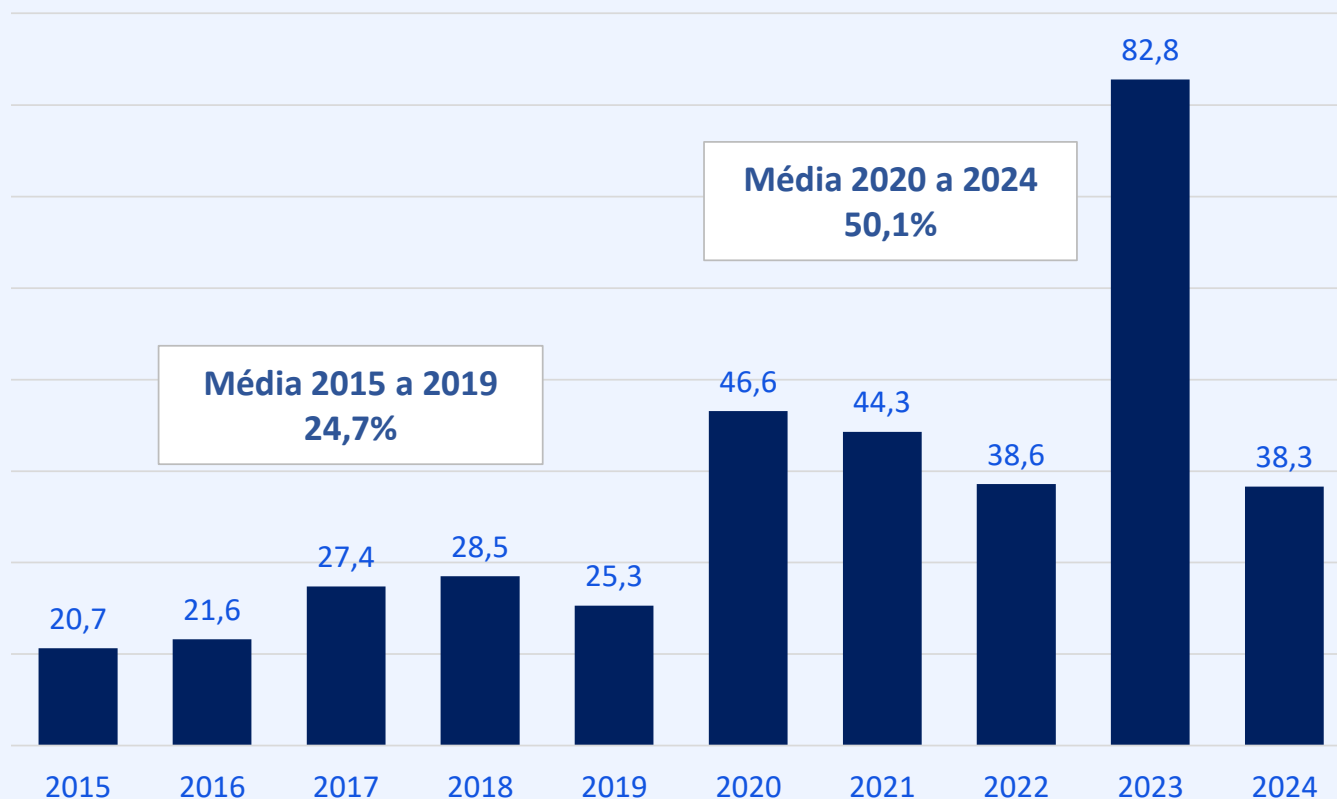
Fonte: Resultado do Tesouro Nacional.



## Participação das Sentenças Judiciais no Orçamento Federal

Relação com as despesas discricionárias do Poder Executivo passou de quase  $\frac{1}{4}$  para pouco mais da metade nos últimos 5 anos.

% Sentenças / Total Despesas Discricionárias do Poder Executivo



Fonte: Resultado do Tesouro Nacional.

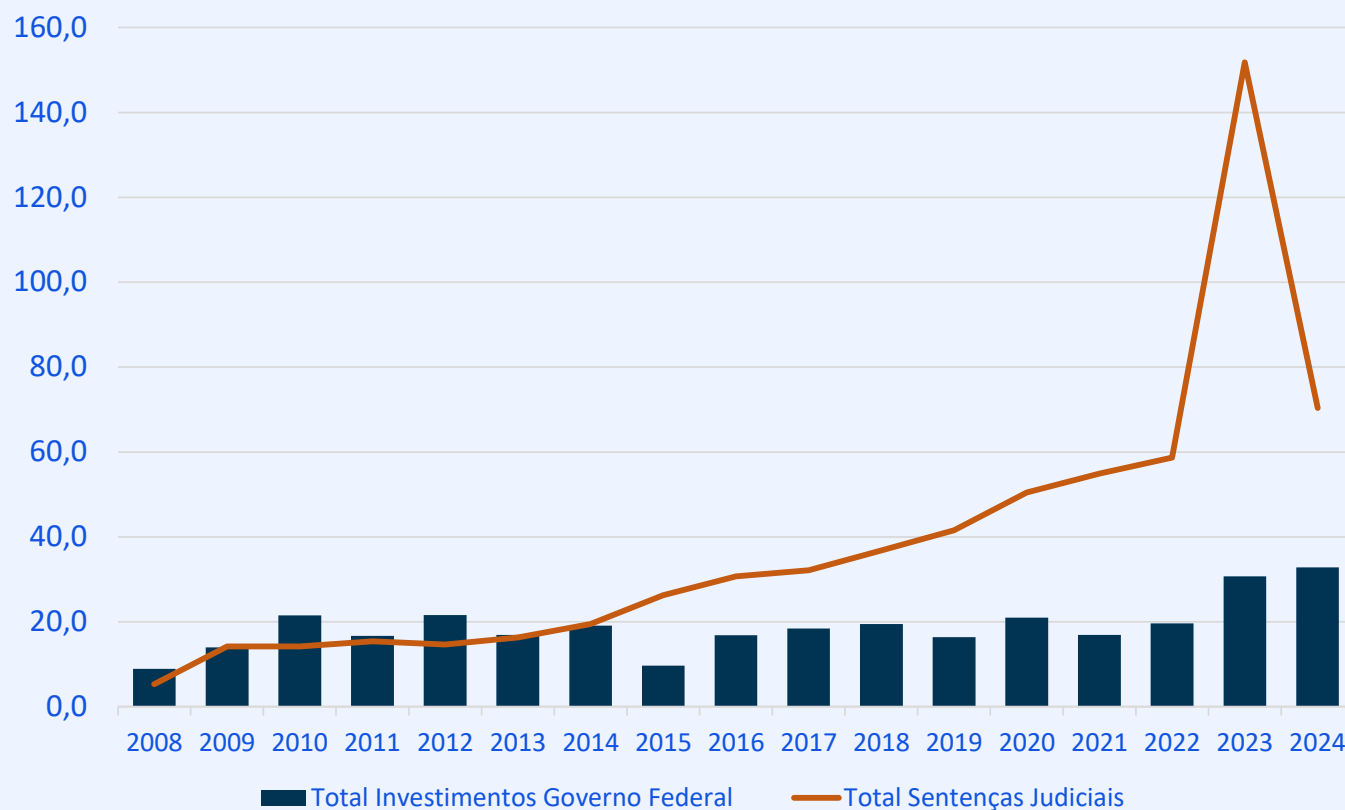


## Participação das Sentenças Judiciais no Orçamento Federal

Até 2014, a despesa com sentenças acompanha a evolução do total dos investimentos da União.

A partir de 2015, há forte e contínuo descolamento, com tendência a se manter para os próximos anos.

Sentenças Judiciais e Investimentos – R\$ bilhões correntes



Fonte: Resultado do Tesouro Nacional.



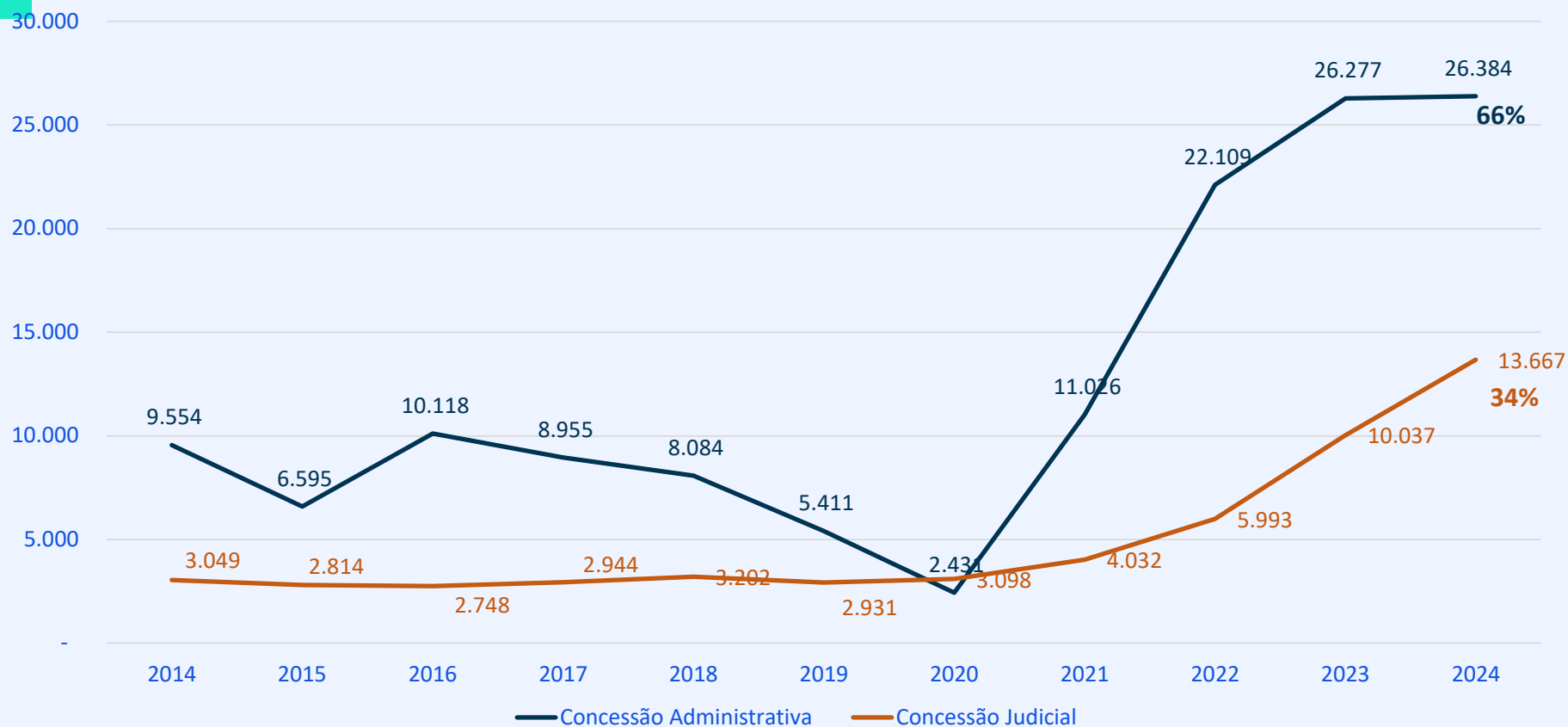


## **Outros aspectos não incluídos nas despesas**

- Obrigações a fazer são volumosas, sendo a maioria sem possibilidade de identificação via classificação orçamentária.
- Várias despesas judicializadas já constam da execução normal de certas despesas, como a folha de benefícios sociais.
- Destacam-se ainda as perdas de arrecadação oriundas das lides tributárias.



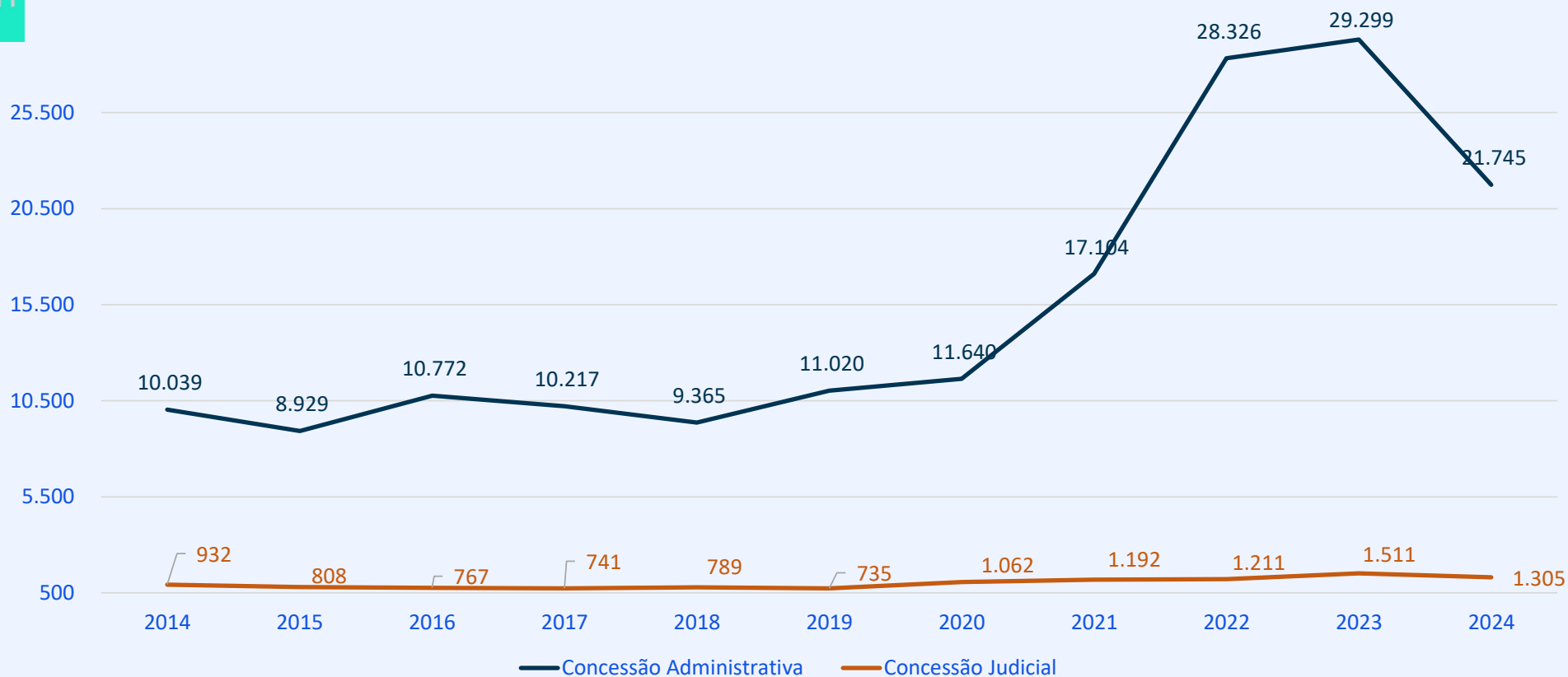
## Média de concessão mensal BPC PCD



Fonte: Suíbe/INSS. Elaboração: SMA/MPO.



## Média de concessão mensal BPC Idoso

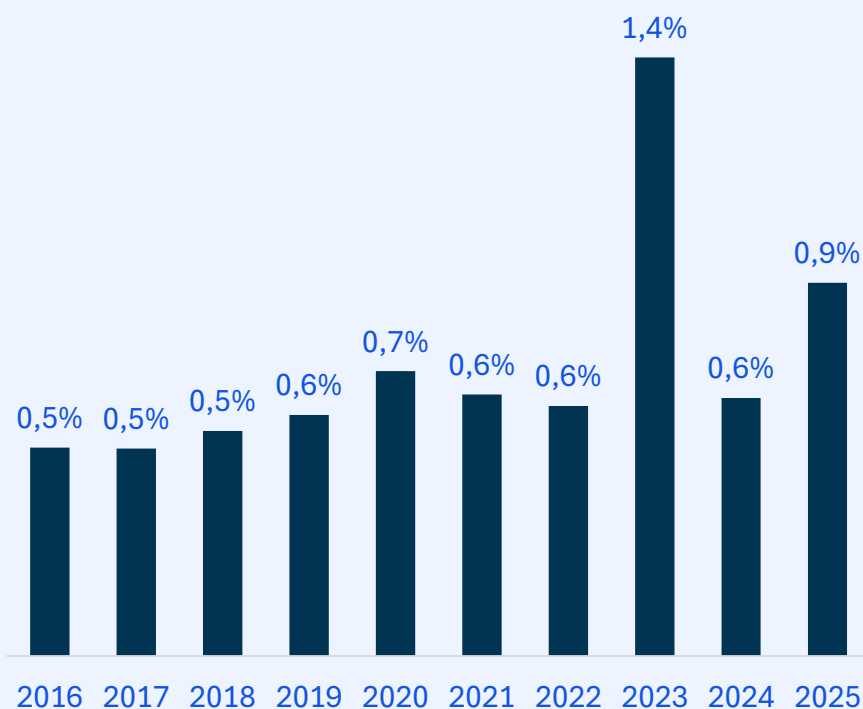


Fonte: Suibe/INSS. Elaboração: SMA/MPO.



## Perdas judiciais se tornaram um obstáculo à sustentabilidade fiscal

Despesas com Sentenças Judiciais  
(% PIB)

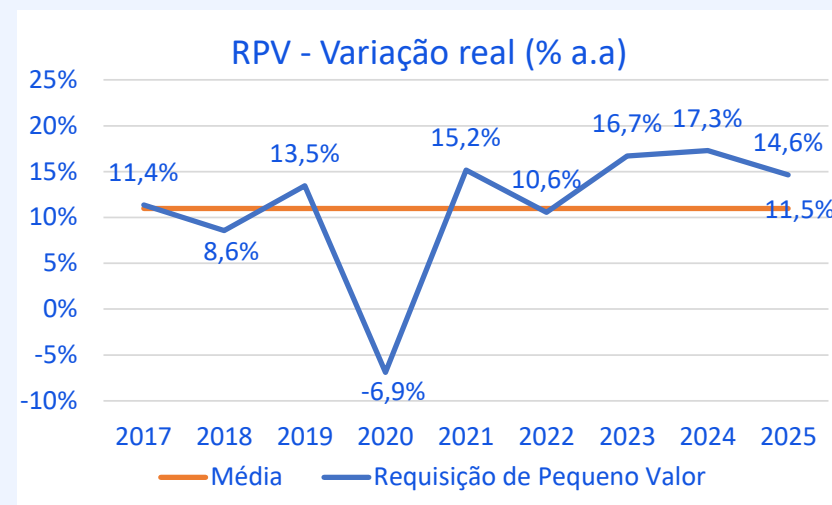
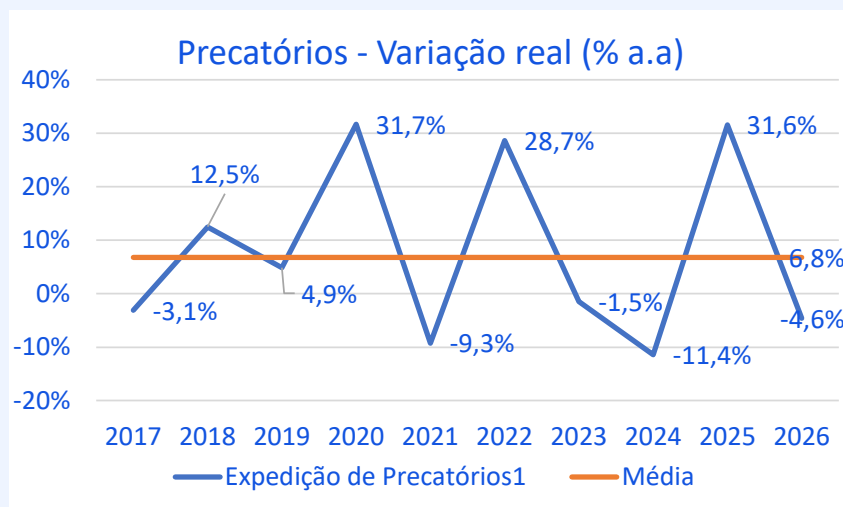


- Em proporção do PIB, as despesas da União com sentenças judiciais já alcançam 0,9%, tendo quase dobrado em relação ao patamar observado em 2016-2018.
- Se consideradas de forma consolidada, as despesas com sentenças judiciais já superam os valores despendidos em políticas tradicionais como abono e seguro desemprego e complementação ao Fundeb.

Fonte: Tesouro Nacional/SPE/IBGE. Elaboração: Tesouro Nacional.



## Além da magnitude, são imprevisíveis



Fonte: Tesouro Nacional e SOF. Elaboração: Tesouro Nacional.

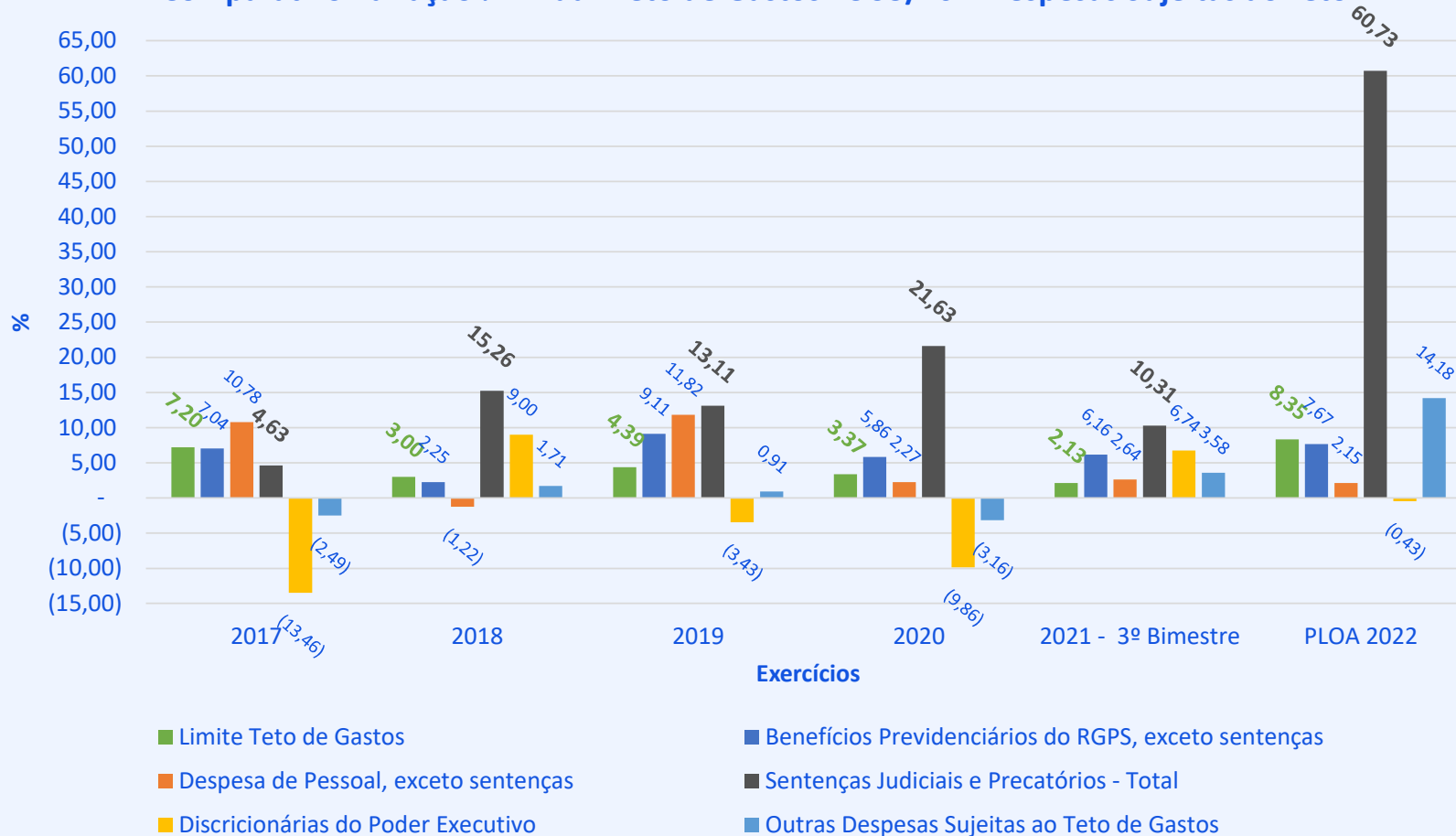
Notas: Considera Expedição em t-1 para pagamento em t. Não foram considerados no cálculo precatórios relativos ao Fundef e de grande valor.

- Precatórios e RPVs apresentaram crescimento real médio elevado nos últimos anos, bem acima de outras despesas primárias do governo federal e da **variação máxima do limite de despesa: 6,8% e 11,5%, respectivamente.**
- O grande volume desses gastos, aliado à significativa volatilidade, principalmente em precatórios, dificulta sua projeção de médio prazo e consequentemente a alocação orçamentária e a sua **compatibilização com regras fiscais.**



## (In)compatibilidade com regra fiscal de despesa

Comparativo Variação % Anual: Teto de Gastos EC 95/16 x Despesas Sujeitas ao Teto



Fonte: SOF/MPO e STN/MF.



## **(In)compatibilidade com regra fiscal de despesa**

Consequência – ECs nºs 113 e 114/2021

- Limites anuais temporários (até o final de 2026) para evitar que a despesa não aumentasse em patamar superior ao teto de gastos (EC nº 95/2016), vigente à época;
- Parcelamento dos precatórios do Fundef (40%/30%/30%), sendo a despesa excepcionalizada do teto de gastos e do limite para pagamento de precatórios, mas não da meta de resultado primário;
- Despesa com o parcelamento já existente dos precatórios de grande vulto (art. 100, § 20, CF) excepcionalizada do teto de gastos e do limite para pagamento de precatórios, mas não da meta de resultado primário;
- Alteração da data limite para a apresentação de precatórios de modo a incluí-los no orçamento: de julho para abril do ano anterior à que se refere a lei orçamentária;
- RPVs não tiveram seu pagamento limitado, embora ocupassem espaço no subteto;
- Não houve limitação à expedição de precatórios → formação de passivo de precatórios não pagos.



## **(In)compatibilidade com regra fiscal de despesa**

Consequência – ADIs nºs 7047 e 7064

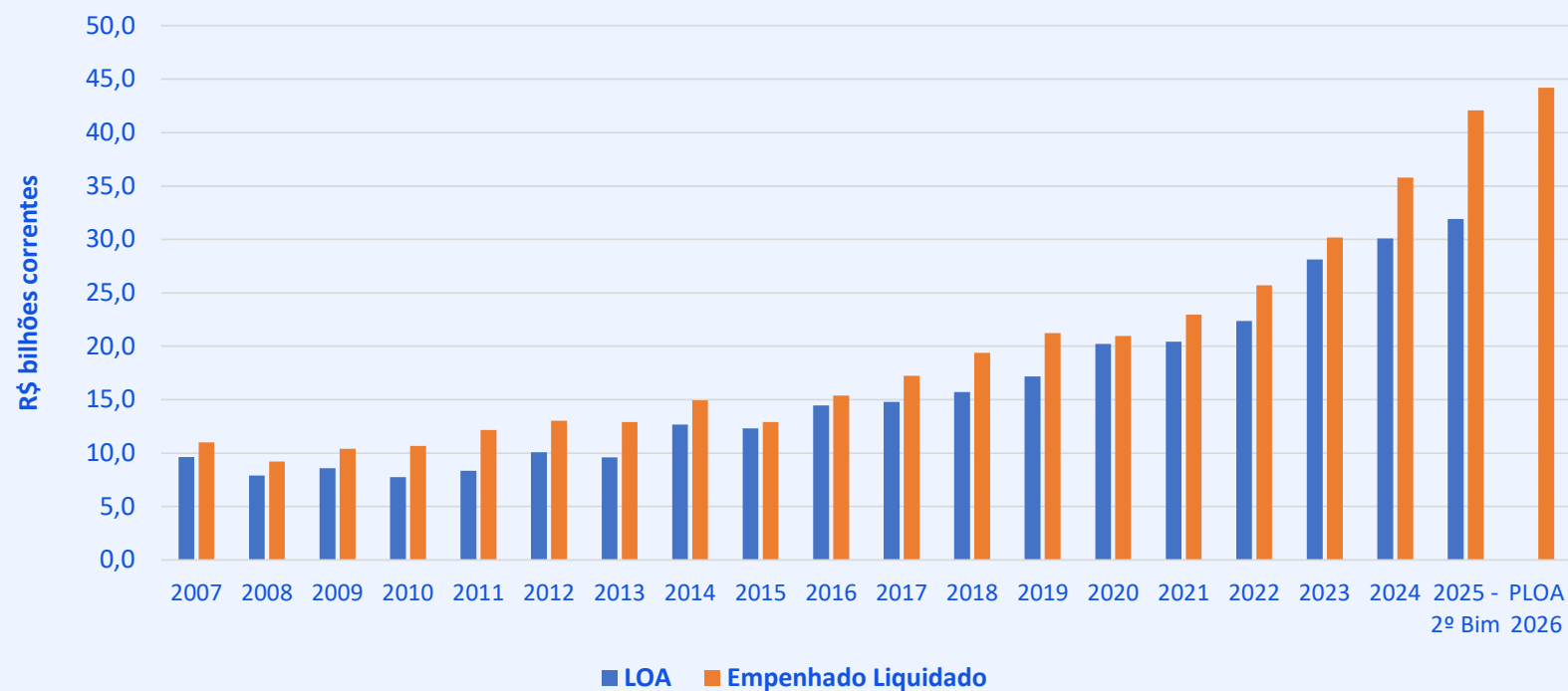
- No final de 2023, o STF julgou o limite inconstitucional, autorizando o pagamento do passivo por crédito extraordinário (MP nº 1.200/2023);
- Permitiu, até 2026, o pagamento dos precatórios, no montante excedente ao que seria o limite anual, sem contabilizar para o limite de despesas (LC nº 200/2023) e para a meta de resultado primário.





## (In)compatibilidade com regra fiscal de despesa

Série Histórica RPs



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – Siop.



Em que medida os  
riscos fiscais  
judiciais devem ser  
considerados???



***“Riscos Fiscais Judiciais (RFJ): É a possibilidade da ocorrência de decisão judicial capaz de afetar as contas públicas, via acréscimo de despesas ou decrécimo de receitas, comprometendo o alcance dos resultados fiscais estabelecidos como metas e objetivos.”***

Guia de Riscos Fiscais Judiciais



***“...comprometendo o alcance dos resultados fiscais estabelecidos...”***

Risco de descumprimento das regras fiscais vigentes. Fundamental para a credibilidade, mas não pode ser o objetivo final.

***“...capaz de afetar as contas públicas...”***

Absorve o risco de descumprimento das regras fiscais vigentes. Deve ser o objetivo final.

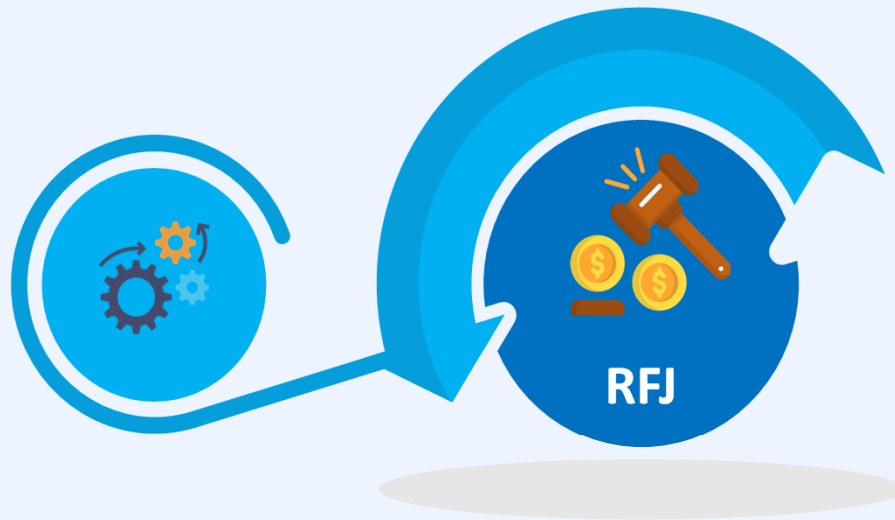


## Precatórios e RPVs – Regras Fiscais após ADIs n°s 7047 e 7064

Requisitório	Forma de Pagamento	Detalhamento	Sujeito ao Limite de Despesas da LC 200/23?	Impacta a Meta de Resultado Primário?
Precatórios Fundef	Parcelado	40% no 1º ano; 30% no 2º ano; 30% no 3º ano.	Não	Sim
Precatórios Grande Vulto	Parcelado	15% no 1º ano; Restante nos 5 anos seguintes.	Não	Sim
Precatórios (Dentro do Limite)	Parcela única	Ano	Sim	Sim
Precatórios (Acima do Limite)		seguinte ao da apresentação.	Não	Não
RPVs	Parcela única	60 dias após a requisição.	Sim	Sim



## Emenda Constitucional nº 136/2025



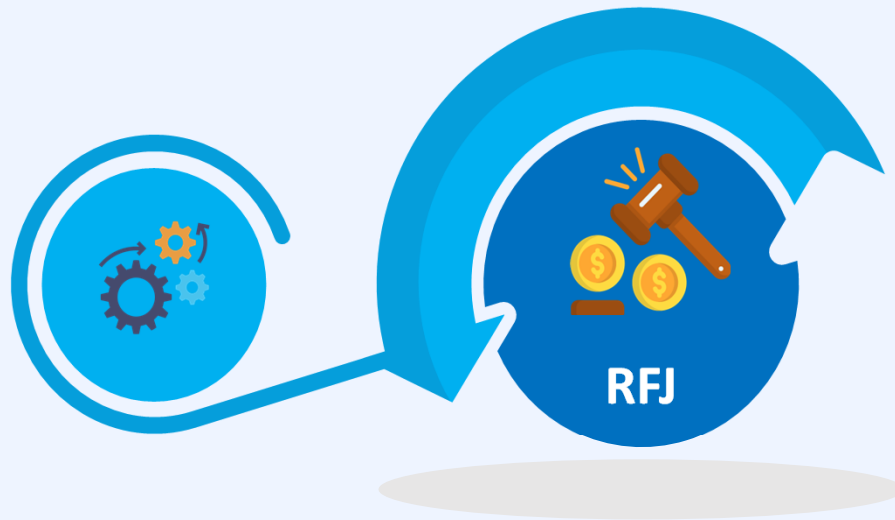
Institui novo tratamento para as despesas com precatórios e RPVs diante das regras fiscais.

Permite maior adequação às regras fiscais.

- Precatórios e RPVs excluídos do limite de despesas da LC nº 200/2023 a partir de 2026.
- Ajusta o limite do Poder Executivo, deduzindo montante equivalente ao subteto de precatórios e RPVs do PLOA 2025 corrigido pelo IPCA.
- Retira da meta de 2026 o valor excedente ao que seria o subteto de precatórios e RPVs.
- A partir de 2027, incorporação gradual à meta de resultado primário.
- Antecipa para fevereiro a data limite para a apresentação de precatórios de modo a incluí-los no orçamento → permite que a meta de resultado primário do PLDO seja proposta considerando os valores definitivos para o ano seguinte.



## Desafio



**Compatibilizar os documentos oficiais de mapeamento dos riscos fiscais judiciais com as projeções de médio prazo.**

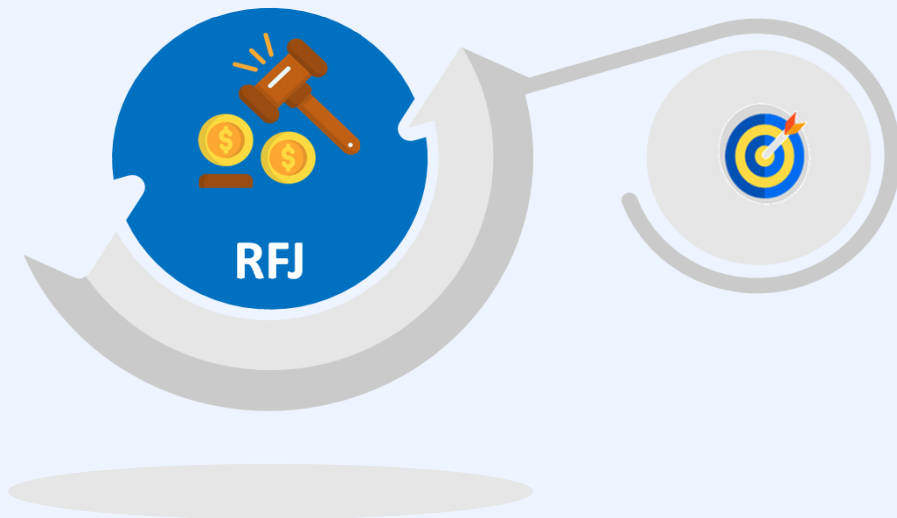
Trabalho SOF/MPO + STN/MF no Comitê Técnico de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais – tentativa de correlação entre a base de dados do ARF com a de precatórios expedidos.

### Reflexões

- Integração depende de acompanhamento dos processos judiciais conforme regras diversas das adotadas para a elaboração do ARF.
- Observância a diferentes etapas do processo judicial para estimar prazo para a materialização do risco.
- Segregação dos processos judiciais monitorados considerando a possível forma de materialização do risco.



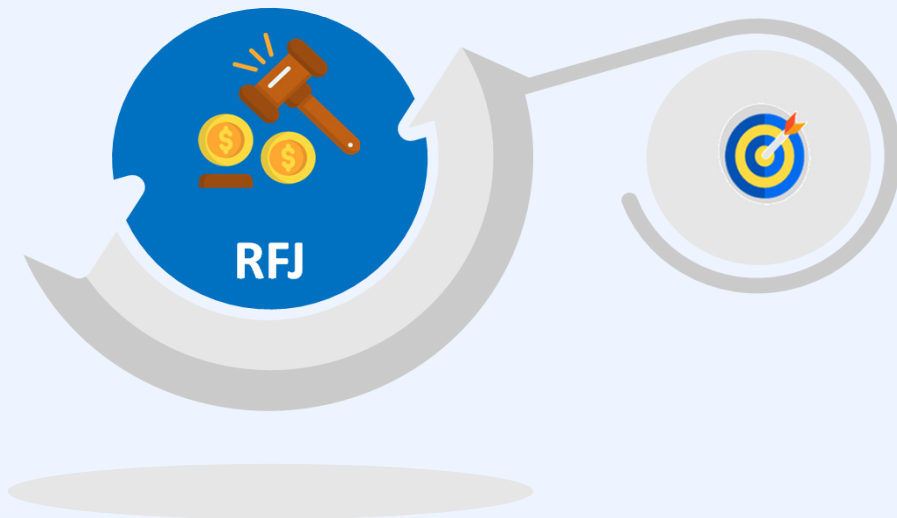
## E quanto ao risco sobre as contas públicas?



1. Correção monetária dos precatórios e RPVs não tributários
  - EC nº 136/2025 endereça solução, retirando a incidência da Selic
  - Disfunção criada pela EC nº 113/2021 – a remuneração deve ser equivalente à exigência aplicada ao pagamento
  - Atualização monetária – IPCA
  - Juros de mora – 2% a.a., vedados juros compensatórios



## E quanto ao risco sobre as contas públicas?

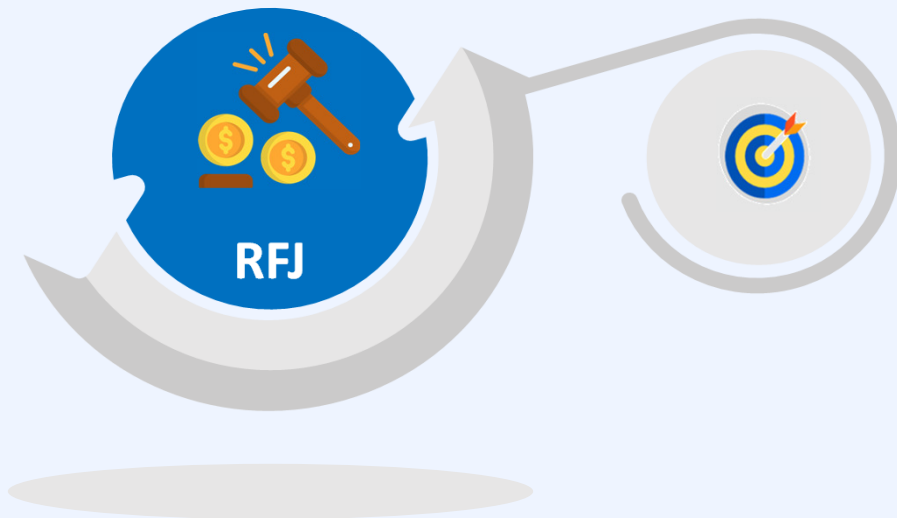


2. Redução da litigiosidade
3. Revisão de gastos
  - Incorporação dos custos decorrentes das condenações judiciais nas análises das políticas públicas
  - Identificação dos programas de governo que têm gerado custos judiciais recorrentes
  - Atuação administrativa e/ou legislativa para reduzir os custos judiciais





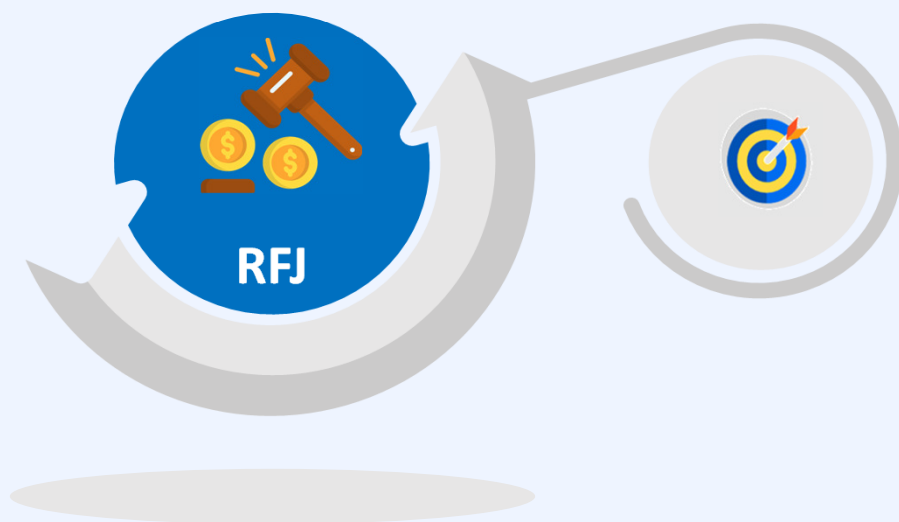
## E quanto ao risco sobre as contas públicas?



4. Identificação e atuação para evitar práticas prejudiciais
  - Expedição de precatórios e RPVs antes do trânsito em julgado da fase executiva
  - Decisão do CNJ no Pedido de Providências nº 0003764-47.2025.2.00.0000 resultou no cancelamento de 79 precatórios apresentados para 2026, gerando uma economia de R\$ 2,3 bilhões no PLOA



## E quanto ao risco sobre as contas públicas?



### 5. Transparência

- Publicação pela SOF/MPO do Relatório Despesas com Sentenças Judiciais – Precatórios, disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/precatorios-content/precatorios>

# Obrigado!

**Pablo da Nóbrega**

*Coordenador-Geral de Despesas com Sentenças e Demais Encargos – SOF/MPO*  
[pablo.nobrega@planejamento.gov.br](mailto:pablo.nobrega@planejamento.gov.br)

**David Rebelo Athayde**

*Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal – STN/MF*  
[david.athayde@tesouro.gov.br](mailto:david.athayde@tesouro.gov.br)

**Luiz Guilherme Pinto Henriques**

*Diretor de Programa da Secretaria Executiva, Substituto – SE/MPO*  
[luiz.henriques@planejamento.gov.br](mailto:luiz.henriques@planejamento.gov.br)

Guia



Apresentações



ADVOCACIA-GERAL  
DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA  
FAZENDA

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO DO  
**BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

CONSELHO INTERMINISTERIAL DE ACOMPANHAMENTO E  
MONITORAMENTO DE RISCOS FISCAIS JUDICIAIS